

PERCURSOS HISTÓRICOS DAS RECONFIGURAÇÕES MUSEAIS: O ENCONTRO COM UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Marcelo Prudente Silva [*]

Mariana Pícaro Cerigatto [**]

Edirani Tavares de Jesus [***]

[*] Mestrado em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT). Professor de Artes Visuais da Educação básica na Secretária de Educação, Esporte e Cultura do Governo do Estado de Sergipe (SEDUC)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5893-3426>

E-mail: mahcelo28@hotmail.com

[**] Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora da Universidade Tiradentes em Aracaju-SE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7626-8738>

E-mail: maricerigatto@yahoo.com.br

[***] Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Comunicação, Educação e Sociedade (GECES/UNIT) e Grupo de pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socieducacional e Formação de Professores (GPGFOP)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3450-427X>

E-mail: ediranitavares@gmail.com

RESUMO

Este artigo pretende analisar parte das quebras de paradigmas e percepções sociais desde os primeiros museus, assim como o conceito eurocêntrico e colecionista distante da pluralidade atual, até as discussões sobre a relevância enquanto espaço público representativo da cultura afro-brasileira tendo o papel decolonial enquanto espaço não formal de aprendizagem que, por vezes, estão perdidos no anacronismo conservador de um formato que não dialoga com os sujeitos que se propõem a refletir. A investigação utiliza da revisão narrativa de literatura como aporte metodológico, embasada em autores da museologia, educação patrimonial, identidade cultural afro-brasileira e estudos decoloniais. Diante disso, o resultado obtido no estudo possibilitou desenhar reflexões sobre a reconfiguração dos espaços museais que permitam, quando concebido criticamente, ter na sua potencialidade transformadora a oportunidade de reparar apagamentos históricos por meio de ações para visibilidade de uma diversidade cultural que realmente represente a sociedade do seu tempo.

Palavras-chave: Museu. Pedagogia decolonial. Cultura Afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

A construção conceitual dos museus tem origem nos templos das musas, e a memória na mitologia grega, mas com as inúmeras transformações através dos séculos o perfil dessas instituições encontrou novos contextos e delimitações mais amplas.

Ao mapear o caminho histórico do museu enquanto instituição, Suano (1986) lembra que esse termo ficou obscurecido no decorrer da Idade Média, sendo retomado no século XV com o retorno da prática do colecionismo em toda a Europa, principalmente através das grandes coleções monárquicas do Renascimento que influenciaram diretamente a estrutura e concepção da instituição “museu” como é conhecida hoje. Contudo, apesar de reinserido na sociedade, as coleções desses espaços culturais não estavam abertas ao público, sendo acessível apenas aos familiares e amigos dos colecionadores.

Ao discutir alguns problemas já presentes nas primeiras instituições museais, Scheiner (1998) lembra que mesmo em sua origem enquanto instituição pública já era possível observar as dinâmicas de poder presentes na sociedade, visto que os museus foram embrionados inicialmente em coleções particulares, das quais, posteriormente, deram forma aos primeiros museus; sendo um deles o Museu Ashmolean, um dos primeiros museus públicos, o qual abrigou a coleção de John Tradescant, doada por Elias Ashmole à Universidade de Oxford, no fim do século XVII.

Tal contexto contribuiu para a consolidação das problemáticas que acompanharam a história do museu nos séculos seguintes, além de buscar o debate a respeito das novas atribuições das instituições museais, assim como a relevância enquanto espaço de preservação patrimonial e difusão cultural a partir das premissas que o acompanharam desde sua concepção inicial.

Nesta perspectiva, a presente investigação faz uso de uma abordagem metodológica baseada na revisão teórica e bibliográfica de nível exploratório, com bases em Gil (2008, p.50), para quem “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico”, método indispensável em estudos que pretendam fazer uma abordagem histórica.

Neste sentido, o texto traz para discussão autores da área da história museológica, educação patrimonial, identidade cultural afro-brasileira e estudos decoloniais como: Meneses (2005), Munanga (2012), Araujo (2010), Hooper-Greenhill (2000) e Quijano (2005).

A revisão de literatura, desenvolvida de forma narrativa, não pretende esgotar as fontes de informações, além de que o levantamento está sujeito à subjetividade dos autores, se adequando às necessidades discursivas do estudo, com o objetivo de contextualizar o problema e analisar as possibilidades presentes na literatura consultada.

DE ASHMOLEAN AOS PARADIGMAS DOS MUSEUS LATINO-AMERICANOS

A partir do surgimento dos primeiros espaços museais formais na Inglaterra, essas instituições passaram a refletir a sociedade em vários momentos, adaptando-se aos períodos históricos e interesses políticos de cada época. Desta forma, Scheiner (1998) ratifica a afirmação ao narrar os reflexos dos séculos XVII e XVIII nas acepções dos museus no momento em que os progressos das concepções científicas o direcionaram para o abandono da sua função de “curiosidade”; abordando a pesquisa e ciência pragmática e utilitária destes espaços que guardam fragmentos, artefatos, objetos da natureza e da cultura dos povos. Período este em que os novos museus passaram a adotar complexos critérios de valor em detrimento dos aspectos de colecionismo neutro anterior.

Com o advento do museu enquanto instituição, a percepção sobre a história e a produção cultural se modificou. Entretanto, apesar das frequentes reestruturações das instituições museais no decorrer dos anos alguns resquícios problemáticos dos primeiros museus se mantêm em muitos dos espaços contemporâneos, quase que cristalizados, como algumas peças dos seus acervos históricos. Todavia, por identificação com a finalidade proposta será adotado neste estudo o entendimento de museu apresentado pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), que o caracteriza enquanto uma instituição sem fins lucrativo a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do povo e seu meio ambiente.

Dentro desse entendimento e em perspectiva com as demandas socioculturais da contemporaneidade, nota-se que a complexidade dos museus contemporâneos impossibilita traçar uma definição que abranja sua completude. Por isso, quando contestada a percepção dura

deste espaço de natureza crítica e múltipla, Scheiner (1998) afirma que o nome dado a instituição pode ser considerado genérico dado a uma reunião de manifestações simbólicas do homem e da sociedade em um espaço. E este vai além do entendimento de um território que se protege, pois o Museu não é apenas um edifício escuro destinado atuar como centro cultural, seu papel vai além.

Apesar dessa pluralidade de sentidos é possível estabelecer nomenclaturas técnicas para os principais tipos de museus existentes hoje. Em seus estudos, Sheiner (1998) organizou a tipologia desses espaços em: museu tradicional; museu de território; museu interior; e museu virtual. Cada um com suas subdivisões próprias. Dentro desses espaços, interessa ao presente projeto o conceito de museu comunitário, museu exploratório e o museu virtual.

Ao descrever as categorias estudadas aqui, Sheiner (1998) apresenta o museu exploratório na categoria tradicional como espaço que realiza um recorte com ênfase na percepção e no tempo do espectador, com um percurso definido e previamente agrupado em uma narrativa intencional. Enquanto o museu comunitário atua com base na musealização de um território específico, com ênfase em processos culturais para a valorização da relação entre o ser humano e o seu território. E por fim, o museu virtual consiste em um ambiente, que devido a sua imaterialidade, pode ser acessado individualmente de qualquer lugar do mundo, trocando o perfil de público pelo de visitante, e reconfigurando a forma de relação entre estes.

Ao se debruçar sob sua atuação enquanto aparelho cultural, o museu age com intencionalidade ao narrar, preservar, articular e produzir sentidos nos processos sociais e relacionais históricos. Na visão de Moraes (2006), esses espaços diferenciam e nominam os elementos e fatos por meio de narrativas ligadas ao tempo-espaço e relações sociais. Dispondo ao público seu ponto de vista dos acontecimentos a partir de uma linha de tempo que hierarquiza as informações e as atribui importância e personalidade.

O museu disponibiliza informações dentro de um determinado espaço-tempo, retornando à sociedade, por via da produção e seleção do processo e objetivando através do conhecimento a incorporação de preocupações e modos de existência. Para Moraes (2006), pode-se afirmar que todo museu é histórico, por esse sempre retratar um período, ou vários, dentro de um contexto previamente determinado, cuja importância enquanto espaço de transformação social não pode ser esquecido.

Para Moraes (2006) na contemporaneidade, onde sociedade de violentas e aceleradas mudanças passam a desconsiderar a participação dos indivíduos, o passado e a memória assumem o estratégico papel estratégico de conscientizar os sujeitos acerca dos processos relacionais e históricos os quais faz parte. Para o autor, celebrar e recordar criticamente o passado ou a contemporaneidade, é um caminho para viabilizar um futuro mais promissor. Pois, “o passado é reconstruído na lógica da produção de novos sentidos do presente e do futuro. O passado, quando objeto de intervenção museológica, é, principalmente, um discurso que se negocia na construção do futuro” (MORAES, 2006, p.38).

Em paralelo a essas reflexões, os estudos de Rússio (1984) ressaltam a necessidade de lembrar que as funções do museu necessitam estar alinhadas às demandas identificadas no sujeito a quem atende, na busca de uma conexão entre quem este representa com as suas principais atividades. Entre elas, a de ser espaço de comunicação, numa dimensão educativa para atender as expectativas do público e a serviço dele. Conforme afirma o autor o museu resulta da comunidade, e por isso “é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade. Em consequência disso, o acervo não pode ser visto como algo apenas raro ou belo, seu valor é incorporado a algo que lhe é externo e intangível” (RÚSSIO, 1984, p.260) e esse valor externo que o museu deve buscar é o relacionamento imediato estabelecido com o público, por meio do qual o visitante pode ajudar a instituição a se conectar com o real e permitir mudanças significativas na vida deste público.

Dentro das especificidades da realidade latino-americana, o museu e as instituições de cultura, historicamente dependente do Estado Nacional e das políticas estatais de reconhecimento, acolhimento e reprodução de poder, alça um novo patamar para este debate, pois esses espaços estimulam as sociedades da região a se reconhecer e tomar iniciativas.

Nesse contexto local, Moraes (2006) pontua que o museu ganha o cotidiano como cúmplices e a sua implantação revela crises de hegemonia na região onde se estabelece. O que evidencia a desconsideração das políticas públicas do continente pela cultura, identidades e a falta de interesse no enfrentamento do tema, inviabilizando, assim, a ampliação dos debates sobre as possibilidades da democracia como processo social. O que leva o autor a concluir que no contexto latino-americano, o museu foi utilizado como estratégia de poder para a produção de uma hegemonia cultural.

Ao trazer o debate crítico sobre os espaços museais para as especificidades do contexto brasileiro, Scheiner (1998) pontua que o Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, primeira instituição museal do país, criado em 1862, já atendia aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico do Brasil, política que se perpetuou no decorrer do século seguinte, com especial atenção a década de 60. Nesse período, Meneses (1993) destaca que a busca do novo governo ditatorial pelo resgate de um passado de funções homologatórias e conservadoras, utilizou as instituições museais e seu potencial histórico de preservação e difusão cultural como forma de fortalecimento do tema da identidade cultural.

A partir dos estudos de Meneses (1993), observa-se que, entendido como território das identidades, os museus se tornaram parte fundamental das estratégias políticas de legitimação e, por isso, seu espaço, visto por muitos como imaculado pelas premissas seculares de preservação patrimonial, tem sido através da história usado como instrumento para reafirmação de uma hegemonia cultural, intrínseca ao poder econômico, quando não, ainda sendo espaço de exotização do “outro”, periférico aos territórios da efervescente vida artística e cultural ocidental das grandes metrópoles.

MUSEUS AFRO-BRASILEIROS: ESPAÇO DECOLONIAL DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CULTURAL

Grande parte da segregação racial existente na América Latina tem sua origem no processo formativo colonial dos países latino-americanos que deriva de um histórico de diversos tipos de violência. Santos (2006) salienta que procedimentos coloniais sufocantes da cultura em sociedades oprimidas nunca foram incluídos na auto-representação da modernidade ocidental “porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo”. (SANTOS, 2006. p. 27, 28).

Em seus estudos, Quijano (2005) enumera dois processos históricos que serviram para a implementação de um novo padrão de poder mundial para o final do século XIX e que vigora até hoje: o primeiro lugar, a distinção entre conquistados e conquistadores, definido pelo conceito de raça, responsável por hierarquizar os grupos ao colocar o europeu em uma posição de superioridade natural sobre as outras raça, servindo de aspecto fundamental na dominação

que validaria o funcionamento dos mecanismos históricos de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do mercado e do capital no mundo.

O único caminho apontado por Quijano (2005) para a democratização da sociedade e do Estado ainda preso nas amarras de dominação colonial passa pelo processo decolonial das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, especificamente entre grupos e elementos de existência social divididos em europeus e não europeus. Pois, a estrutura de poder esteve e continua estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. Além disso, a construção da nação e, sobretudo, do Estado-nação foram conceitualizados e trabalhados contra a população indígena, negra e mestiça.

Para Quijano (2005), a ideia de “modernidade” sustentou, na época da sua concepção, esse projeto de hierarquização no qual o sentido de progresso está ligado às premissas europeias, sendo este grupo o único produtor e protagonista da modernidade, pois toda modernização de populações não-europeias pertencia a uma construção inferior de sociedade. Além de entender os pilares que sustentam a dominação colonial ajudou alguns autores a encontrar caminhos possíveis para desconstrução dessa hierarquização histórica.

A semente da ideia de decolonialidade já podia ser encontrada nas análises de Quijano, Boaventura Santos e outros autores, os ideais defendidos em seus estudos se relacionam com o projeto de decolonização na medida em que estes aspiram romper com a visão unidirecional da modernidade, a partir de um projeto para enfrentamento dos ideais colonizadores com uma proposta de trans-modernidade.

Esse caminho, apontado por Maldonado-Torres (2007), é descrito como um convite ao diálogo que propicie pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica. Levando-se em conta as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de diferentes formas com a secular opressão colonial. Essa transmodernidade defendida pelos autores está centrada em sua ética dialógica radical e um cosmopolitismo decolonial que coloca o pensar crítico sobre a história acima da modernidade que legitima o poder hegemônico europeu.

Alinhar historicamente conceitos de modernidade-colonialidade-decolonialidade contribui no entendimento das transições e complexa construção do conceito. Para alcançar a proposta vigente decolonial é preciso conceber que esse pensamento reflete sobre a colonização como um grande evento ininterrupto e de muitas rupturas, não somente como uma etapa histórica encerrada e já superada. O objetivo não é desfazer o colonial ou revertê-lo, suprimindo

o momento colonial em detrimento do momento pós-colonial, “A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua” (COLAÇO, 2012, p. 08).

Essa luta, travada em vários ambientes da sociedade, encontra no museu um aliado, ou perpetuador de ideais hierárquicos coloniais, dependendo da sua concepção enquanto espaço de representação cultural. O que tem colocado essas instituições como objeto de análise recorrente em suas diversas ramificações, todavia, um dos mais complexos debates trata do papel do museu enquanto espelho da identidade cultural a qual representa, seja em seu acervo, seja em seu discurso central.

Ao abordar a concepção de memória e identidade cultural, Bosi (1987) traz sua contribuição ao tratar da preservação de bens culturais. Para o autor, estes pressupõem sempre uma continuidade e disponibilidade permanente para manter viva a identidade cultural e todas as suas ambiguidades. Sobre a complexidade do conceito de identidade o autor escreve que:

[...] esta implica a semelhança a si própria formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de re-conhecimento do que de conhecimento. A busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre. Ao contrário, ela se alimenta do ritmo, que é repetição; portanto, segurança. Trata-se, em suma, de atitude conservadora, que privilegia o reforço em detrimento da mudança”. (BOSI, 1987. p.182)

Em uma publicação do Conselho Internacional de Museus, em 1986, é mencionado a problemática central da identidade cultural como responsabilidade do museu, ao mencionar que sua função não se limita a transmitir uma mensagem universal para um público neutro, mas, sim, centrar-se nas populações locais, colocando-a em contato com a sua própria história, tradições e valores. Contudo, não se pode abstrair a natureza da identidade e da memória enquanto fenômeno social, pois esta se constrói na interação entre sociedades e grupos, se fundamentando em sua essência no presente, mesmo que encontre suas origens materiais e culturais no passado.

Meneses (2005) enfatiza essa reflexão quando lembra que a memória é mais que um mecanismo de registro, ou depósito de informações, conhecimento e experiências, ela é um mecanismo de esquecimentos programado. E como ela atua filtrando e selecionando o seu conteúdo, também pode ser induzida ou provocada. Sendo assim, o conceito que a memória

aparece como “enraizada no passado, que lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve (restando-lhe, quanto ao presente, transmitir os bens que já tiver acumulado) é também falsa: a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente” (MENESES, 2005, p. 93).

Nessa conjuntura, os museus têm entre suas premissas a possibilidade de criar o terreno fértil para acessar e entender o conceito de identidade, suas compartimentações, articulações e confrontamentos. É preciso ir além da sua concepção de depósitos culturais e ser mais que espaço de conservação e armazenamento de objetos únicos de valor estabelecido.

A partir da postura crítica desses espaços culturais é possível trazer à luz os debates fundamentais quanto às múltiplas dimensões do fenômeno da identidade cultural. Sobre esse ponto, Meneses (1993) se posiciona em favor de um museu enquanto ambiente de reflexão ao qual é preciso questionar e se questionar, não buscar por respostas pré-estabelecidas, pois quando se ignora a dimensão crítica do museu se compromete toda a sua responsabilidade social.

Ao discutir o compromisso social do museu com divulgação da cultura em suas diversas formas e segmentos, principalmente aquelas negligenciadas pelas dinâmicas de manutenção dos ideais eurocêntricos, alcança-se o objeto deste estudo e abrem-se as reflexões quanto às escolhas museográficas das instituições voltadas à difusão e preservação da cultura afro-brasileira.

Para iniciar o assunto, faz-se necessário entender uma das maiores contradições do tema: grande parte do Patrimônio Africano não se encontra no continente de origem. Abranches (1989) expõe sobre essa apropriação de bens culturais que:

Numerosos são também os testemunhos do Patrimônio Cultural africano que se encontram no estrangeiro não somente a partir do facto colonial mas também a partir de um importante tráfico ilícito, em geral mais poderoso que o combate que lhe é feito pelas autoridades nacionais e internacionais. Poder-se-ia mesmo dizer que certos países africanos, senão mesmo a maior parte, se encontra em suma, melhor representados nos museus da Europa e da América que em sua própria terra (ABRANCHES, 1989, p. 20).

Na visão ideológica de supremacia imposta, o africano não teria a capacidade de preservar sua própria cultura material, validando o discurso colonialista e sua prática ao tomar posse dos bens patrimoniais de vários povos.

As primeiras instituições coloniais reuniam em uma mesma coleção objetos naturais e culturais, apresentando o Homem africano e sua produção cultural como paisagem, sem o devido valor técnico, social ou artístico. Nesse quadro, Abranches (1989) enfatiza que o papel artificial dos museus coloniais o afastava, ou mesmo ignorava a população negra e indígena que representava, tratando estas de maneira exótica, primitiva e desprovida de história e relações sociais em sua museologia.

Mesmo nos dias de hoje a incorporação nos museus metropolitanos dos bens culturais tomados no período colonial e pós-colonial, agora dentro de um contexto museográfico científico, não busca valorizar a essência da identidade africana, pois, como lembra Fonseca (2017), muitas das propostas museológicas destas instituições se pautam ainda em grande parte do discurso evolucionista europeu século XIX. Através da qual a Europa é entendida como o ápice da civilização humana, enquanto continentes como a África retratam o lado primitivo da humanidade.

Percebe-se com isso que a construção dos museus metropolitanos, dentro do contexto do colonialismo presta-se à valorização da superioridade europeia, seja do ponto de vista cultural, político, identitário ou social, e não à demanda de representatividade das culturas marginalizadas.

Os desafios dos museus para representar a pluralidade enquanto esquivam-se das armadilhas de conceitos estereotipados perpassam por critérios utilizados para classificação etnocêntrica das produções de arte. As premissas que legitimam as obras ocidentais e brancas e desqualificam trabalhos indígenas e de regiões africanas através de critérios estéticos e técnicos, proporção e referenciais greco-latino são recorrentes ainda hoje quando debatidos o critério de belo e valor agregado ao objeto artístico. E sobre essa problemática Bologun (1977) pontua que:

Se os escultores africanos não tentam, regra geral, realizar uma cópia exacta das formas naturais, à semelhança do estilo clássico greco-latino, é porque são incapazes de fazer. E daí se deduziu um corolário igualmente destituído de qualquer fundamento: que a Humanidade, ao longo de sua evolução, passou pelo estágio da arte (mal feita), antes de atingir finalmente a perfeição formal da arte greco-latina (BOLOGUN, 1977. p.47).

Mesmo com a visão ocidental perante a arte africana como uma produção estática e homogênea, como toda forma de arte no mundo, de forma dinâmica e que se transforma dentro

do seu contexto social ao contato com outras produções e experiências culturais, não apenas intercontinentais, mas também dentro do amplo e rico conjunto simbólico que compõe cada país, região e comunidade de toda África.

Muito desse apagamento da ancestralidade negra no Brasil advém, segundo Munanga (2010), de algumas vozes no âmbito nacional que buscam reunir todas as identidades e etnias em torno da unidade “mestiça”, que teoricamente englobaria todos os brasileiros. Essa proposta ideológica, segundo o autor, é usada para recuperar a ideia de unidade nacional não alcançada pelo fracasso do branqueamento físico. Contudo, a identidade mestiça única se apresenta como um contraponto aos movimentos de reafirmação negra de outras minorias como a indígena, com escassa visibilidade durante a história.

A urgência histórica dessa representação fica evidente na ênfase de Munanga (2012) ao escrever que, apesar dos povos africanos terem fundamentalmente em comum a cor da pele, o que os une é principalmente “o fato de terem sido vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simples negada à existência dessas culturas”. (MUNANGA, 2012. P.13).

Apesar de inseridas em um ritmo lento, quando considerada sua iminência, algumas proposituras para a reparação histórica através de políticas socioeducacionais voltadas ao multiculturalismo e interculturalismo têm ocorrido no Brasil nas últimas décadas e podem ser acompanhadas por meio dos estudos de Sansone (2013). Para isso, o autor retorna ao governo Getúlio Vargas e segue até o início do século XXI, para retratar em três fases como as políticas para a difusão da cultura afro-brasileira foram implantadas no país:

A primeira fase constituiu-se de políticas para o multiculturalismo, teve início com a associação do governo Getúlio Vargas com grupos políticos da África resultando na incorporação do termo “Afro-Brasileiro” pela primeira vez no seu glossário, assim como a designação mais clara das influências da cultura africana no repertório social e linguístico brasileiro.

A segunda fase ocorreu entre 1994 e 2002, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando reconheceu publicamente o racismo enquanto um problema nacional ao enfatizar a importância do seu combate.

A terceira e mais significativa fase, no que se refere a ações práticas, se deu entre 2003 e 2010, com a institucionalização de ideias com viés multiculturalista, incluindo a Lei 10369/2003, com a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar e a política de cotas universitárias para população de origem negra, entre outras medidas inspiradas por ações afirmativas para igualdade de oportunidades.

Todavia, Sansone (2013) ressalta a importância da preservação do patrimônio material e imaterial dessa cultura para a sua difusão e concretização do multiculturalismo e exalta o papel dos espaços museais nesse processo. Porém, essas instituições precisam também estar acessíveis a todos por meio de políticas de incentivo e o constante diálogo com o seu entorno.

Sobre essa urgência, Sandell (1998) em suas investigações traz a necessidade do museu dialogar com a comunidade a sua volta, sendo um agente social para inclusão nesse debate. Para criação de mecanismos através dos quais a comunidade pode ser empoderada tornando-se parte dos processos de produção com suas prioridades identitárias postas em evidência e trocando experiências entre museu e público, para um maior engajamento social e cumprimento do papel enquanto instituição relevante alinhada ao seu tempo.

O descomprometimento com a pluralidade de narrativas culturais fez com que esses mesmos museus servissem como um dos mecanismos de exclusão social. Sandell (1998) descreve essa relação crucial ao lembrar que as instituições museais têm a autoridade de estabelecer valores sociais, podendo negar a representação de grupos de minorias invisibilizados pelo sistema. Em outras palavras, quando os museus falham ao ignorar a cultura, valores e histórias de grupos excluídos em seu espaço expositivo e programas educacionais, eles reforçam e prejudicam estereótipos existentes na sociedade. Para o autor, é papel fundamental do museu ser um agente social para promoção da igualdade social, conscientização pública e quebra das barreiras discriminatórias históricas.

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES MUSEAIS

Dentro das esferas sociais, um espaço possui um papel importante na disseminação cultural com diálogo horizontal entre os museus e seu entorno: as instituições educacionais. Ao expandir o entendimento sobre museus, em sua própria conceituação mais atualizada o

Conselho Internacional de Museus (ICOM) reitera a função pedagógica destes ao enfatizar que este deve atender a sociedade e seu desenvolvimento, além de ser acessível ao público, adquirir, conservar, estudar, comunicar e expor testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente, tendo em vista principalmente o estudo, a educação e a reflexão.

Ao descrever a educação em sua essência, Brandão (2004) propõe desconstruir sua intrínseca ligação ao ensino formal, afirmando que esta abrange todos os processos de formação do indivíduo por meio de processos que podem ocorrer em diversos ambientes sociais, sendo não apenas os sistemas de ensino-aprendizagem que ocorrem nas instituições educacionais, mas, também, as ações que ocorrem fora delas. Sendo assim, para o autor, a educação acontece em vários momentos desde que haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação.

Tudo isso torna a educação um procedimento inerente à formação do sujeito, tirando a exclusividade da escola como seu único espaço de manifestação e do professor o único sujeito a praticá-la. Entretanto, não basta entender essa premissa, é importante entender como se dá a construção de saberes fora dos ambientes tradicionais de ensino-aprendizagem escolar e como esse processo dialoga com o ensino regular.

Entre os autores e autoras que analisam as modalidades de educação, Gohn (2006) contempla essa discussão ao se debruçar sobre as três formas de ensino-aprendizagem presentes na sociedade: a educação formal, aplicada na escola, com conhecimentos de mundo já pré-determinados; a educação não formal, modalidade de interesse desse estudo, indissociável da educação formal, porém que trabalha processos educacionais que ocorrem além dos muros das escolas em processos educativos na sociedade e ao redor de ações coletivas; e a educação informal, muitas vezes confundida com a educação não formal, porém com importantes distinções, visto que a informal ocorre de forma espontânea e envolve a socialização do sujeito com a família, amigos e demais sujeitos do seu convívio.

Entender o processo de ensino aprendizagem e sua relação com os espaços museais acima da sua função de preservação do patrimônio, não apenas como a preservação de objetos, documentos ou obras de arte, mas também observando a sua função enquanto fonte de conhecimento leva a enxergar a importância da coalisão entre essas duas instituições. Para tanto, é preciso desconstruir o caráter elitista dos museus abrindo espaço ao que Segall (1997)

intitula “Novos Museus”, pautados na difusão para as massas e atendendo o conceito de globalização da cultura.

Ao discorrer sobre essa abordagem, Segall (1997) destaca o uso contemporâneo do patrimônio, por meio do qual a função pedagógica dos museus se torna um ponto central no processo de conscientização do ser humano. E para alcançar uma melhor interação entre os Museus e a sociedade é preciso buscar uma função educacional mais ampla, que compreende a conscientização pela preservação e difusão dos patrimônios culturais e artísticos. Entretanto é importante a ressalva de que esta premissa não pode se esgotar na chamada ação educativa do museu, isolada dentro da instituição, pois o novo desafio é, de fato, o dimensionamento do espaço museal como um todo, articulado entre a linguagem, educação e a cidadania.

Nesse percurso de luta contra os preceitos coloniais cristalizados na estrutura da sociedade, o museu precisa ser parte do processo decolonial, principalmente pelo seu papel social de difusor cultural. E acerca do seu potencial transformador intrínseco, Araújo (2010), ex-curador do Museu Afro Brasil em São Paulo, declara ao citar a instituição como exemplo que:

(...) a desconstrução de estereótipos, de algumas imagens deturpadas e expressões ambíguas sobre personagens e fatos históricos relativos ao negro, fazendo pairar sobre eles obscuras lendas que um imaginário perverso ainda hoje inspira, e que agem silenciosamente sobre nossas cabeças, como uma guilhotina prestes a entrar em ação cada vez que se vislumbra alguma conquista que represente mudança ou reconhecimento da verdadeira contribuição do negro à cultura brasileira (...) O Museu Afro Brasil pretende ser um museu contemporâneo, em que o negro de hoje possa se reconhecer. (ARAÚJO, 2010, p. 10).

É nesse cenário constituído que os espaços museográficos podem manifestar sua legitimidade ao ser reimaginado para contemplar as necessidades de uma pedagogia não apenas livre do eurocentrismo recorrente do ambiente escolar, mas também decolonial. A expansão na sua potencialidade enquanto instrumento de preservação da ancestralidade, difusor de culturas negligenciadas e principalmente meio de transformação social desenha enormes desafios diante de um horizonte de novas possibilidades. Todavia, essa mesma carga de responsabilidade traz com Hooper-Greenhill (2000) a reflexão sobre o museu do futuro ao lembrar que houve uma época em que os museus modernistas eram imaginados como um prédio, sendo que ainda hoje

alguns permanecem, contudo o museu do futuro será imaginado como um processo, uma experiência.

Esse ideal de pós-museu imaginado por Hooper-Greenhill (2000) pressupõe a adoção de inúmeras formas arquitetônicas diferenciadas, mas sem os limites das paredes sólidas, podendo se mover no tempo e espaço, de acordo com as necessidades da comunidade e grupos que buscará representar. Esse pós-museu se ressignifica no palco do futuro não apenas por intermédio das linguagens digitais contemporâneas, mas também pelo diálogo de forma responsável com seu entorno e incentivo a parcerias mutuamente estimulantes para celebrar a diversidade que tanto sofreu com apagamentos históricos no decorrer dos séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões propostas no decorrer da investigação projetaram a controversa história das instituições museais enquanto ambiente legitimador da hegemonia estética eurocêntrica, e apesar das problemáticas urgentes não contempladas pelas transformações dos museus através dos séculos, um dos temas de evidente importância tem avançado no debate entre especialistas da área: o diálogo entre os museus e o seu entorno e grupos representativos. O que abre caminhos para refletir a pluralidade cultural e percepções que formam o patrimônio material e imaterial.

Essa linha de diálogo encontra, atualmente, nas instituições educacionais importante braço dos espaços museais uma rota para aproximação entre entorno e espaço institucional. Valendo-se nesse percurso de propostas pedagógicas que visem não apenas contribuir na formação de novos públicos, mas também oferecer aos estudantes e demais visitantes regulares um espaço de reflexão e autoidentificação que contemple democraticamente todos os grupos da sociedade.

Apesar de pontuado neste estudo apenas as adversidades enfrentadas pelos espaços museais e sua extensão no ensino aprendizagem não formal, é notória as ondulações do sistema colonial segregador nas diversas esferas da sociedade, o que torna ainda maior o desafio e a responsabilidade dos aparelhos culturais e estratégias educacionais para esse enfrentamento.

Por fim, esse recorte aqui apresentado não pretende esgotar o tema, ou mesmo imergir na complexidade do seu rizoma, pois entende a profundidade e inúmeras ramificações

permitidas pelo objeto. Entende-se que os autores e autoras debatidos oferecem um notável desenho que permite paramentar o possível e imprescindível percurso para o pós-museu, ressignificado no seu papel educacional e alinhado à diversidade, invisibilizada na maior parte das esferas sociais no decorrer da história da humanidade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Henrique. **Identidade e Patrimônio Cultural**. Estudos Contemporâneos. Porto, 1989.

ARAÚJO, Emanuel. **Museu Afro Brasil: Um Conceito em Perspectiva**. São Paulo. Banco Safra, 2010.

BOLOGUN, Ola. **Formas e Expressões nas Artes Africanas**. In: Introdução à Cultura Africana. Lisboa, Portugal, 1977.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações**. Ática. São Paulo/SP, 1987.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2005.

CARMO, A. C. R. **Arte na sociedade híbrida: a experiência dos museus virtuais**. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural**, 2012, Teresina - PI. VI Simpósio Nacional de História Cultural. GT Nacional de História Cultural. Uberlândia/MG, 2012.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Fundação Boiteux. Florianópolis/SC, 2012.

FONSECA, Ana Carla Hansen da. **Museu Afro Brasil: A querela da identidade**. Revista Transversos. "Dossiê: Áfricas e suas diásporas". n° 10, p. 183-204, Ano 04. Rio de Janeiro/RJ. Ago. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. Atlas. São Paulo/SP, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> . Acesso em: 13 jan. 2020.

HOOK, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Ed. WMF Martins Fontes. São Paulo/SP, 2017.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the Interpretation of Visual Culture*. New York: Routledge, 2000.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “**Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**”, in CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre. Instituto Pensar. Bogotá, Colômbia, 2007

MENESES, Ulpiano, T. Bezerra de. **A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)**. In: Anais do Museu Paulista. Nova Série n. 1. São Paulo/SP, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A exposição museológica e o conhecimento histórico**. In: Figueiredo, Betênia Gonçalves & Vidal, Diana Gonçalves. (Org.). **Museus. Dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Argumentum. p. 15-84. Belo Horizonte/MG, 2005.

MORAES, Nilson. **Museu e Cultura: Enfrentamentos na América latina**. EDUERJ. Rio de Janeiro/RJ, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: Um Racismo ao Avesso?** Revista ABPN. V.4. N.8. jul – out. 2012. p. 06-14. Uberlândia/MG.

MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem como Símbolo de identidade brasileira**. In: **Epistemologias do Sul**, (org.) Boaventura de Sousa e Santos e Maria Paula Meneses. p. 444 – 453. Cortez. São Paulo/SP, 2010.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. Brasiliense; CONDEPHAAT. São Paulo/SP, 1984.

QUIJANO, Aníbal (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acessado em 20 maio, 2020.

SANDELL, Richard. *Museums, galleries and social inclusion*. In: **Museum management and curatorship**. Londres. Routledge, 1998.

SANSONE, Lívio. *Challenges to digital patrimonialization Heritage.org / Digital Museum of African and Afro-Brazilian Memory. Vibrant Virtual Brazilian Anthropology*. Cultural Heritage and Museums, 2013.

SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dionísio no templo dos museus - museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1998.

SCHWARCZ, L. A. **O nascimento dos museus brasileiro: 1870-1910.** In: MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vértice/IDESP. São Paulo/SP, 1989.

SEGALL, Mauricio. **Museus hoje para o amanhã?** Novos Estudos. Cebrap, São Paulo/SP, 1997.

HISTORICAL PATHS OF MUSEUM RECONFIGURATIONS: MEETING WITH DECOLONIAL EDUCATION

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the paradigm shift and social perception since the early museums and their Eurocentric and collector aspects, distant from the present plurality, until discussions about its relevance as a public space representation of Afro-Brazilian culture and its decolonizing role as non-formal learning space that may be lost in the conservative anachronism under a structure which does not dialogue with the subjects as it proposes. The research is based on a method of narrative literature reviews, regarding authors from museology, heritage education, Afro-Brazilian cultural identity and decolonial studies. As result, this study made it possible to identify reflections about the reconfiguration of the museum spaces that allows, whenever critically conceived, to have in its transformative potential an opportunity to repair gaps in history through actions due to visibility of a cultural diversity that truly represents the society of its time.

Keywords: Museum. Decolonizing. Afro-Brazilian culture.

CAMINOS HISTÓRICOS DE LAS RECONFIGURACIONES DE MUSEOS: REUNIÓN CON EDUCACIÓN DECOLONIAL

RESUMEN

Este artículo propone analizar parte de las rupturas de paradigmas y percepciones sociales desde los primeros museos, y su concepto eurocéntrico y coleccionista, alejados de la pluralidad actual, hasta las discusiones sobre la relevancia como representantes del espacio público de la cultura afrobrasileña que tiene el papel decolonial como un espacio de aprendizaje no formal, mecanismos culturales que a veces se pierden en el anacronismo conservador de un formato que no dialoga con los temas acerca de los que se propone reflexionar. La investigación emplea la revisión narrativa de la literatura como una contribución metodológica, basada en autores en el área de la museología, educación patrimonial, la identidad cultural afrobrasileña y estudios decoloniales. En vista de lo expuesto, el resultado obtenido en el estudio permitió proponer reflexiones acerca de la reconfiguración de los espacios del museo que permiten, cuando se conciben críticamente, utilizar su potencial transformador como forma de reparar

borrados históricos por medio de acciones que possibilitem dar visibilidad a la diversidad cultural que realmente representa la sociedad de su tiempo.

Palabras clave: Museo. Pedagogía Decolonial. Cultura Afrobrasileña.

Submetido em: abril de 2020.

Aprovado em: junho de 2020.

Publicado em: julho de 2020.